

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
CAMPUS AVANÇADO DE PATU – CAP
DEPARTAMENTO DE LETRAS – DL**

ANTONIA LUCINEIDE BATISTA COSTA

**ESCOLA INCLUSIVA: ENTRE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM E
A QUALIFICAÇÃO DOCENTE**

**PATU
2016**

ANTONIA LUCINEIDE BATISTA COSTA

**ESCOLA INCLUSIVA: ENTRE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM E
A QUALIFICAÇÃO DOCENTE**

TCC-Monografia, apresentada a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançado de Patu (CAP), Curso de Letras, Habilitação em Língua Portuguesa, para obtenção do título de licenciada em letras.

Orientadora: Prof. Esp. Jaqueline Camargo
Nascimento Gonçalves.

PATU
2016

Ficha catalográfica gerada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas
e Diretoria de Informatização (DINF) - UERN,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

c837e costa, Antonia lucineide batista.
Escola inclusiva: Entre o processo de ensino e aprendizagem e
qualificação docente / Antonia lucineide batista costa - 2016.
40 p.

Orientadora: Jaqueline camargo do nascimento gonçalves.
Coorientadora: .
Monografia (Graduação) - Universidade do Estado do Rio Grande do
Norte, Letra língua portuguesa e suas respectivas literaturas , 2016.

1. Inclusão . 2. Escola. 3. surdo. 4. Ensino regular. I. do nascimento
gonçalves, Jaqueline camargo, orient. II. Título.

ANTONIA LUCINEIDE BATISTA COSTA

**ESCOLA INCLUSIVA: ENTRE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM E
A QUALIFICAÇÃO DOCENTE**

A presente monografia foi aceita pelo Departamento de Letras, do Campus Avançado de Patu, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN, como requisito para obtenção do Grau de Habilitação em Língua Portuguesa, para obtenção do título de licenciada em letras, sendo aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, abaixo especificada.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.Esp.Jaqueline Camargo do Nascimento Gonçalves.
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte– UERN
1º Examinador: Orientadora

Prof.Ms.Maria Gorete Paulo Torres
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte– UERN
2º Examinador(a):

Prof.Esp.Teobaldo de Andrade Costa
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte– UERN
3º Examinador(a):

PATU
2016

Dedico este trabalho, a todas as pessoas deficientes de corpo, alma e espírito e especialmente a todas as mães que lutam e sofrem pela inclusão de seus filhos e filhas na sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ser essencial em minha vida e autor do meu destino.

Aos meus estimados pais Tomaz Neto e Antônia Vilma, por me ensinarem o caminho da verdade e da justiça e mostrar que a vida não é fácil. Muitas vezes precisamos mais de amor, carinho e compreensão do que qualquer outra coisa.

Aos meus queridos irmãos: Beбето, Victor, Antônio neto, Vitória, Larissa e minha pequena Anna Laura, pela vossa união e por tentarem compreender sempre as minhas razões. Vocês são muito importante para mim.

Ao meu amado esposo, Galliano, que está sempre de coração aberto e disposto a me ajudar, nas tomadas de decisões e nos momentos mais difíceis de minha vida. Devo dizer-te que, com todos os seus defeitos, suas qualidades me surpreendem, te amo muito!

A todos os professores do curso, que nos acompanharam, transmitindo valores e conhecimentos e se tornaram modelo da nossa própria história. Devo dizer que nossas conversas durante e para, além dos grupos de estudos foram fundamentais.

Ao grupo de amigos que se tornaram irmãos, Fabiana Nascimento, Fabiana Oliveira, Valdécio, Hyldson, Maycon Douglas, Jonas Nunes, Rayanne, Andresa, Haulley, que durante toda trajetória, compartilharam dos momentos bons e ruins e me fizeram acreditar que não existem sonhos impossíveis, e sim pessoas incapazes de lutar por eles.

A professora e orientadora Jackeline, que com suas orientações foi responsável pela realização deste trabalho. O que seria de mim sem uma professora igual a você?

Enfim, a todos aqueles que de forma direta ou indireta, contribuíram com mais uma conquista em minha vida. A todos vocês, a minha mais recíproca e eterna **GRATIDÃO.**

A inclusão educacional e social não é privilégio de pessoas com deficiências, mas de todos os seres humanos, pois dentro da igualdade de direitos, somos todos **DIFERENTES**. Portanto, Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das **DIFERENÇAS**.

(Montoan)

RESUMO

Nessas últimas décadas, muito tem se debatido sobre a educação inclusiva no Brasil, e se deparado com uma realidade astuta e falaciosa. Assim, o presente estudo monográfico, tem como temática, a escola inclusiva/reclamada, onde busca-se fazer uma reflexão acerca da escola inclusiva no Brasil, meditando sobre as concepções de inclusão a luz teórica, analisando o processo de aprendizagem do aluno surdo na escola pública e ainda discorrendo a respeito da prática docente. Além do mais, aborda as principais dificuldades e desafios frente a essa realidade. Para isso, realizamos um aprofundamento teórico, onde contou-se com a ancora de Monton (2003), Sasaki (1997), Fernandez (2000), Sanchez (2005) dentre outros. Ressaltamos, que a pesquisa consiste em um estudo de caso, delineamento bibliográfico e características descritiva, além do mais, sua abordagem é de natureza quali-quantitativa, onde utilizou-se como instrumento de coleta de dados entrevistas e questionários. Seus resultados nos permitiram apontar, que por mais que a escola tenha buscado eficácia no cumprimento da lei, no que se refere a prática da inclusão, seus professores encontram-se ainda inseguros e de certa forma não preparados, há uma deficiência muito grande, no que diz respeito aos recursos e materiais didáticos disponíveis na escola e a mesma tem deixado muito a desejar.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Escola Aclamada. Surdo. Ensino regular.

ABSTRACT

In recent decades, much has been debated about inclusive education in Brazil, and has encountered an astute and fallacious reality. Thus, the present monographic study has as its theme, the inclusive / reclaimed school, where it is sought to reflect on the inclusive school in Brazil, meditating on the conceptions of inclusion in the theoretical light, analyzing the learning process of the deaf student in the Public school and still discussing the teaching practice. Moreover, it addresses the main difficulties and challenges facing this reality. To do this, we carried out a theoretical study, where the anchor of Monton (2003), Sasaki (1997), Fernandez (2000), Sanchez (2005) among others. We emphasize that the research consists of a case study, bibliographic delineation and descriptive characteristics. In addition, its approach is qualitative-quantitative in nature, where interviews and questionnaires were used as data collection instruments. Their results allowed us to point out that, despite the fact that the school has sought to be effective in complying with the law, as far as the practice of inclusion is concerned, its teachers are still insecure and somehow unprepared, there is a great deficiency in Which refers to the resources and didactic material available at school and it has left much to be desired.

KEY WORDS: Inclusion. Acclaimed School. Deaf. Regular education.

LISTA DE SIGLAS

AEE-Atendimento Especializado Especial

CAP-Campus Avançado de Patu

CG-Campo Grande

DL- Departamento de Letras

DNEEB-Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

DS-Declaração de Salamanca

EMPJLP-Escola Municipal Prof. Joaquim Leal Pimenta

LBS-Língua brasileira de Sinais

LDBEN-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

NEE-Necessidades Educacionais Especiais

RN-Rio Grande do Norte

UERN-Universidade do Estado do Rio grande do Norte

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Perfil dos gestores e colaboradores.....	23
QUADRO 2 – Respostas dos gestores.....	24
QUADRO 3 – Perfil dos Professores envolvidos.....	26

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 01-** A escola que temos e queremos.....27
- GRÁFICO 02-** Como se dá a interação entre alunos surdos e ouvintes.....28
- GRÁFICO 03-** A Vantagem do aluno deficiente estudar com crianças normais.....28
- GRÁFICO 04-** O processo de inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino na visão docente.....29
- GRÁFICO 05-** Dificuldades encontradas pelo professor com relação ao aluno surdo na sala de aula.....30
- GRÁFICO 06-** Será que o professor está preparado?30

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO	11
2 O AMBIENTE ESCOLAR INCLUSIVO	13
2.1 Breve histórico da escola inclusiva no Brasil.....	13
2.2 Definições de inclusão a luz teórica.....	15
2.3 A aprendizagem do aluno surdo na escola pública.....	16
2.4 A prática docente e o aluno surdo: principais dificuldades e desafios.....	18
3 METODOLOGIA	20
3.1 Lócus da pesquisa.....	20
3.2 Perfil da Escola.....	20
3.3 Caracterização da Pesquisa.....	21
3.4 Instrumentos e procedimentos adotados para coleta de dados.....	22
4 ANÁLISE DOS DADOS	23
4.1 Perfil dos gestores e colaboradores.....	23
4.2 Respostas dos gestores.....	24
4.3 Perfil dos Professores envolvidos.....	26
4.4 Diagnóstico dos Docentes Participantes.....	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35
APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

Entende-se uma educação de qualidade para todos entre outros fatores, a atribuição de novas dimensões da escola no que consiste não somente na aceitação, como também na valorização das diferenças, resgatando os valores culturais e o respeito do aprender e construir, conforme define a Declaração de Salamanca (1994, p. 8-9):

[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

Neste cenário, as pessoas com deficiência esforçam-se para serem aceitas, e a sociedade também empreende esforços para acolhê-las, esforço este que, em si, não expressa qualquer incapacidade das pessoas com deficiência. Ao contrário, percebe-se que o mundo em que se vive é incapacitado devendo-se, portanto, disseminar a política de construção de sistemas educacionais inclusivos e apoiar o processo de implantação em todos os estados e municípios brasileiros.

Sendo assim, esse trabalho, faz uma alusão sobre o ambiente escolar inclusivo, tendo em vista que a educação inclusiva é uma oscilação que compreende a educação como um direito humano constitucional. De certo, sabemos que esse processo não acontece facilmente. É uma conquista, que acontece lentamente e que exige muito estudo, trabalho e dedicação de todos os envolvidos no processo: aluno surdo e ouvinte, família, professores, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais e demais elementos da escola.

Nesse contexto, o referido trabalho tem como objetivo geral de refletir sobre uma escola inclusiva e como objetivos específicos podemos destacar:

- Meditar a luz teórica sobre a prática da inclusão;
- Analisar como acontece a aprendizagem do aluno surdo na escola pública;
- Mostrar quais as dificuldades e desafios frente a uma escola inclusiva.

O que nos fez optar por esta temática, foi que durante a minha atuação como monitora no mais educação, tivemos a oportunidade de observar de perto o que é uma criança surda na sala de aula e analisar a preocupação da professora diante esse desafio. A experiência vivenciada trouxe a sensação de impotência, ao ver professores preocupados e despreparados para lidar com essa clientela. Eles

alegam a problemática de sofrer com algo inteiramente novo e citam, como fato relevante, o uso de uma linguagem de difícil comunicação. Isso evidencia a necessidade de aprofundar os conhecimentos desses professores, fornecendo-lhes suporte para um trabalho efetivo com alunos inclusos.

Diante disso, justifica-se a relevância desse estudo, expondo de uma iniciativa reflexiva fundamentada no princípio do direito ao exercício pleno da cidadania ao público surdos, já que a maioria dos educadores desconhece a filosofia da inclusão, que defende uma educação eficaz para todos, sustentada no princípio de que as escolas, enquanto comunidades educativas, devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais, com ou sem deficiência.

Em vista, estabelecemos como lócus de investigação, a Escola Municipal Prof. Joaquim Leal Pimenta, localizada bem no centro da cidade do município de Campo Grande-RN, considerando que a mesma, por ser uma escola de grande porte, está sempre recebendo alunos com necessidades educacionais especiais, e por contar na sua clientela, aluno surdo incluso, sendo este o motivo principal da pesquisa.

Contudo, na tentativa de que o leitor possa compreender melhor, o trabalho foi dividido em cinco capítulos assim distribuídos: No primeiro capítulo, constatamos a parte introdutória, onde expõe-se o tema em questão, a justificativa, problemática e os objetivos.

No segundo capítulo, intitulamos o referencial teórico, onde apresentam-se um breve histórico da escola inclusiva no Brasil, as definições de inclusão a luz teórica, a aprendizagem do aluno surdo na escola pública e ainda as principais dificuldades e desafios com relação a prática docente e o aluno surdo, na busca constante de uma escola inclusiva.

O terceiro capítulo, apresentamos os caminhos metodológicos, percorridos durante a pesquisa. E por conseguinte, mostramos o quarto capítulo, onde insere-se a análise dos dados, obtidos através questionários e entrevistas com professores da referida escola. Enfim, temos também as considerações finais, e ainda as referências, base para este estudo. E se tratando de referências, podemos contar com a ancora de vários autores bem assim como: Monton(2003), Sassaki (1997), Fernandes (2000), dentre outros.

2 O AMBIENTE ESCOLAR INCLUSIVO

Este capítulo tem a finalidade de refletir sobre o ambiente escolar inclusivo. Para isso faz-se necessário fazer um breve histórico da escola inclusiva no Brasil, para a compreensão a prática da inclusão a luz teórica, abordar a aprendizagem do aluno surdo na escola pública e ainda os principais desafios e dificuldades com relação a prática docente e o aluno surdo, frente a uma escola inclusiva.

2.1 Breve histórico da escola inclusiva no Brasil

Temos o direito de sermos iguais, quando a diferença nos inferioriza, temos o direito de sermos diferentes, quando a igualdade descaracteriza.

(Santos,1996)

Fazendo uma reflexão com relação a educação inclusiva no Brasil, é louvável acreditar que a mesma, começou a surgir por volta dos séculos XVII e XVIII, onde se evidenciam teorias e práticas sociais de discriminação, promovendo infinitas situações de exclusão. Essa época foi caracterizada pela ignorância e rejeição do indivíduo deficiente: a família, a escola e a sociedade em geral condenavam esse público de uma forma extremamente preconceituosa, de modo a excluí-los do estado social.

Os deficientes mentais, por exemplo, eram internados em orfanatos, manicômios, prisões dentre outros tipos de instituições que os tratavam como doentes anormais, ou sejam eram pessoas totalmente discriminados pela sociedade. “[...] na antiguidade as pessoas com deficiência mental, física e sensorial eram apresentadas como aleijadas, mal constituídas, débeis, anormais ou deformadas” (BRASIL, 2001, p.25). Enfim, o fato é que essas pessoas portadoras dessas necessidades acabavam sendo excluídas pela sociedade, vista como um ser incapaz de aprender.

Todavia, ao longo dessa história, nota-se que as concepções sobre as deficiências foram evoluindo “conforme as crenças, valores culturais, concepção de homem e transformações sociais que ocorreram nos diferentes momentos históricos” (BRASIL, 2001, p.25).

Assim, em meados do século XIX encontra-se a fase de institucionalização especializada: aqueles indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados nas residências, proporcionando uma “educação” fora das escolas, “protegendo” o deficiente da sociedade, sem que esta tivesse que suportar o seu contato.

No entanto, a partir do século XX gradativamente, alguns cidadãos começam a valorizar o público deficiente e emerge a nível mundial através de movimentos sociais de luta contra a discriminação em defesa de uma sociedade inclusiva. Nesse período histórico corroboram as críticas sobre as práticas de ensino da época, conduzindo também questionamentos dos modelos análogos do ensino aprendizagem, gerando exclusão no cenário educacional.

Compreende-se que nessa mesma época, a educação inclusiva começa a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), da aprovação da constituição de 1988 e também, da LDB (Lei de diretrizes e bases) 1996, que dedicou um capítulo especialmente direcionado para a educação especial, onde coloca que a educação dos portadores de NEE deve se dá de preferência em uma escola de ensino regular, o que traz uma nova concepção na forma de entender a educação e a integração dessas pessoas.

Nesse sentido, a Declaração de Salamanca (1994, p. 6) caracteriza a inserção dos indivíduos que possuem NEE com uma política de justiça social, conforme explicita:

[...] as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluir-se crianças com deficiência ou sobre dotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

Conforme podemos perceber, a escola vem tentando acompanhar esse novo paradigma. A esse respeito confirma-se que:

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais. GOFFREDO (1999, p. 31).

Dessa forma, a escola tem a função de receber e ensinar todas as crianças, jovens e adultos independente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais,

adaptando-os ao processo ensino-aprendizagem, bem como a estrutura física da escola adaptada às necessidades do seu alunado.

2.2 Definições de inclusão a luz teórica

A inclusão de crianças com necessidades educativas especiais tem de fato, causado um grande impacto no meio escolar, nas instituições especializadas e até mesmo entre os pais dos alunos com e sem dificuldades educativas especiais.

A esse propósito, o termo inclusão, chega causando muitas dúvidas, e vem sendo uma das razões da dificuldade de implementação de ações em favor da criação de uma escola mais justa, que ofereça oportunidade e qualidade para todos. Nesse sentido, precisamos compreender que inclusão é:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida. SASSAKI (1997, p.41)

Dessa forma, incluir um aluno com NEE, é possibilitar que esse aluno transite pela escola (MONTON,2003) ou seja, é permitir que o aluno esteja ali no meio sendo atendido por essa escola, seja ela de ensino regular ou especial, pois inclusão prever a inserção escolar de forma completa, sistemática e radical. Nessa dimensão a prática da inclusão envolve:

[...] uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor (FERREIRA 2005, p. 44).

No entanto, a inclusão é um procedimento dinâmico e gradual, esta não se resume em “cooperação/solidariedade, respeito às diferenças, comunidade, valorização das diferenças, melhora para todos, pesquisa reflexiva” (SANCHEZ, 2005, p. 17). É um processo educacional do qual todos os alunos portadores de

deficiência devem ser incluído e educados juntos, de acordo com necessidade de cada aluno, tendo apoio adequado para cada idade em escola de ensino regular.

Convém lembrar que nesse processo, o educador é o mediador e responsável pela construção do conhecimento, interação e socialização do aluno com NEE (Necessidades Educativas Especiais) sendo a inclusão considerada uma tentativa de reedificar esse público, analisando desde os casos mais complexos aos mais singelos, pois uma educação de qualidade é direito de todos.

Contudo, enquanto educadores nosso papel frente à inclusão, reside em acreditar nas possibilidades de avanços acadêmicos dos alunos denominados normais, terão de se tornar mais solidários, acolhedores diante das diferenças e, crer que a escola terá que se renovar, pois a nova política educacional é construída segundo o princípio da igualdade de todos perante a lei que abrange as pessoas de todas as classes sociais.

2.3 A aprendizagem do aluno surdo na escola pública

Partindo do princípio de que a educação é um direito de todos, o atendimento educacional às pessoas com necessidades especiais, em ambiente escolar comum ou em grupos especializados, está assegurado na Constituição Brasileira. Deve-se ressaltar que a inclusão não se refere somente às pessoas com alguma deficiência, mas a todas que se encontram em situação de risco, discriminação e exclusão, em suma, sejam, de alguma forma diferentes.

Nesse contexto, a Educação de Surdos é gerida em um campo fértil de discussões e polêmicas, uma vez que faz uso de uma língua diferente da comunidade ouvinte, tropeçando em práticas predominantemente moralistas que tem na educação formal a sua forma de expressão, originando assim, um impasse para uma educação de qualidade voltada para a pessoa surda. Assim, ao se tratar de inclusão de surdo no ensino regular, faz-se necessário levar em consideração os aspectos linguísticos e culturais pertencentes à comunidade surda como fator de equidade de condições para o desenvolvimento pleno entre os indivíduos, tendo a Libras como eixo central.

Devemos ainda mencionar que a língua de sinais surgiu com a função, entre outras, de facilitar a integração desse grupo ao mundo envolvente, já que durante muitos anos, o mito de que a língua de sinais impediria a aquisição da língua oral

pelas crianças surdas, impediu sua utilização no processo educacional. Obviamente, a língua de sinais não era considerada uma língua, mas um conjunto de gestos icônicos, sem estrutura interna e com a função de comunicar apenas conteúdos concretos.

Corroborando com esse pensamento, temos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, quando afirma que:

A Lei nº10. 436/02 reconhece a Língua brasileira de Sinais-LBS, como meio legal de comunicação e expressão, determinados que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia (BRASIL, 2008, p.9).

No entanto, com base nos dispositivos da Legislação Brasileira, o Conselho Nacional de Educação aprovou a resolução n. 2/2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Essa diretriz inclui os alunos surdos no grupo daqueles com dificuldade de comunicação e sinalização diferenciada dos demais alunos, e que demanda a utilização de linguagem e códigos aplicáveis. Conforme o Art. 12, desse documento:

§ 2º Devem ser assegurados no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de sinalização diferenciada dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado a língua portuguesa, facultando-lhes e às suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequada, ouvidos os profissionais especializados em cada caso.

Atualmente, a Língua de Sinais, é uma disciplina em expansão no mundo inteiro, e suas pesquisas demonstram a seriedade dessa forma de comunicação na construção do sujeito surdo. Apesar desse avanço, ainda são comuns situações de interação entre professores e alunos medidas apenas pela língua oral, desconsiderando-se as dificuldades e o pouco ou nenhum conhecimento em relação a esta forma de comunicação por parte de uma determinada clientela. Nesse contexto, muitas vezes o professor propõe ordens ou resoluções de problemas que não são compreendidas pelo surdo, que ignora ou não atinge os objetivos propostos pela tarefa, simplesmente por não entender o conteúdo da mensagem veiculada. Nesse sentido, Luria (p.136,1986) nos confirma que:

A língua é um fator fundamental na formação da consciência. Ela permite pelo menos três mudanças essenciais à atividade consciente do homem: ser capaz de duplicar o mundo perceptível, de assegurar o processo de abstração e generalização, e ser veículo fundamental de transmissão de informação.

Dessa forma, podemos perceber que a capacidade de comunicação linguística pode ser considerada como um dos principais responsáveis pelo processo de desenvolvimento da criança surda em toda a sua potencialidade, para que possa desempenhar seu papel social e integrar-se verdadeiramente na sociedade. No que concerne esse processo integrativo convém lembrar Sasaki (1997, p. 41), quando afirma que, “a inclusão da criança com surdez na escola regular requer uma boa preparação tanto do aluno quanto da escola, para que ambos se sintam capacitados a participar dessa integração”.

No que se refere ao desenvolvimento da criança com problemas auditivos, Fernandes (2000, p. 49) explica que “desenvolver-se cognitivamente não depende exclusivamente do domínio de uma língua, mas dominar uma língua garante os melhores recursos para as cadeias neurais envolvidas no desenvolvimento dos processos cognitivos”. No tocante às formas de comunicação, várias pesquisas comprovaram que crianças surdas procuram criar e desenvolver alguma forma de linguagem, mesmo não sendo expostas à língua de sinais. Essas crianças desenvolvem espontaneamente um sistema de gesticulação manual que tem semelhança com outros sistemas desenvolvidos por outros surdos que nunca tiveram contato entre si e com as línguas de sinais já conhecidas.

Face ao exposto, pode-se concluir que o aluno com surdez tem as mesmas potencialidades de desenvolvimento que o aluno ouvinte, necessitando apenas, que suas necessidades especiais sejam supridas, visto que o natural do homem é a linguagem.

2.4 A prática docente e o aluno surdo: principais dificuldades e desafios

O profissional da educação, principalmente aquele que está diariamente em sala de aula, precisa estar atento para o fato de que sujeito e objeto de conhecimento se constroem simultaneamente. Esta relação porém, ganha uma conotação ainda mais difícil, quando o assunto é trabalhar, respectivamente, com alunos e alunas ditos “normais” e alunos com algum tipo de deficiência em sala de aula.

Nesse sentido, Melo, Lira e Fación (2008) nos advertem realmente, a necessidade da presença nas escolas regulares, de profissionais que estejam verdadeiramente preparados para lidar com essa realidade. Segundo esses autores, a viabilização da inclusão nas escolas regulares exige não somente professores especializados, mas que as salas de apoio sejam uma realidade e explicam que esse professor não necessita ser exclusivo de uma escola, podendo atender a um grupo de escolas, mas deve ser especializado e saber realizar avaliações, organizar sistemas de trabalho, avaliar sua eficiência, avaliar problemas de comportamento e definir também estratégias.

De acordo ainda com os autores mencionados, a Declaração de Salamanca começou a ser posta em prática no Brasil, através da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Desde então, as escolas regulares têm recebido em suas salas de aula, além dos alunos e alunas consideradas “normais”, aqueles e aquelas com algum tipo de deficiência, inclusive o aluno surdo, objeto de estudo desse trabalho.

Porém, esses mesmos autores apontam, algumas dificuldades ressaltadas pelos próprios professores para lidar com esta nova realidade. Dentre essas dificuldades podemos destacar: A eficácia da metodologia aplicada, a falta de recursos e de infraestrutura, as péssimas condições de trabalho, as jornadas de trabalho excessivas, os limites da formação profissional e o número elevado de alunos por sala de aula.

Esses autores também afirmam que a própria acessibilidade (disponibilidade de rampas e banheiros adaptados) do aluno à sala de aula é outra questão a ser enfrentada, pois ainda temos escolas com esse problema. Paralelo a isso, existem também os alunos que não usam cadeira de rodas, porém, apresentam algum quadro de paralisia cerebral que o impedem de sentar-se normalmente ou mesmo para os que precisam de um teclado adaptado para que possam escrever. Facion et al (2008) ainda somam a estas questões o fato de muitas escolas ainda estarem mal informadas – ou mesmo desinformadas – acerca do que diz respeito ao atendimento dos alunos com necessidades educativas. Eles afirmam que é comum algumas escolas, por falta de conhecimento, atenderem a toda demanda, “independentemente do grau de severidade da sua deficiência” (FACION et al, 2008, p. 146), o que resulta numa inserção desses alunos em um contexto que não consegue dar conta das especificidades desse público.

Nesse contexto, se faz necessário, as escolas que ainda não estão apropriadas a esse processo de inclusão, procurar se atualizar e se adequar-se à essa realidade. Pois muitas vezes, esses fatos, tornam inconvenientes e são discriminados, pela própria comunidade e sociedade em geral.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir de então, procuramos descrever os caminhos metodológicos desta pesquisa, correspondendo assim cada tópico a seguir.

3.1 Lócus da pesquisa

O presente estudo foi realizado na Escola Municipal Prof. Joaquim Leal Pimenta-EMPJLP, Município de Campo Grande-RN.



IMAGEM 1- Escola Municipal Prof. Joaquim Leal Pimenta

A escolha dessa instituição deu-se pelo fato de ser uma localidade de fácil acesso, pelo interesse e abertura demonstrada pela equipe gestora da escola e também, por ser uma escola de rede pública, onde está sempre recebendo alunos com necessidades educacionais especiais, e ainda por contar na sua clientela, aluno surdo incluso, sendo este o motivo principal da pesquisa.

3.2 Perfil da escola

A mencionada escola fica situada a Rua: Prof. Joaquim Leal Pimenta, nº 31, bem no centro da cidade, e sua autorização e o seu reconhecimento, deu-se em 14/06/1982, sob o nº333/82, criada mediante o decreto de lei 37/78 de 04/10/1978 do Diário Oficial nº 4.434 através da portaria 82-SEC/65.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola, desde a sua criação, a gestão escolar foi exercida por doze gestores, sendo o ponto convergente de todos, “o compromisso com a qualidade do processo de ensino e aprendizagem”. No que diz respeito a sua clientela, podemos constatar que é bastante diversificada, e observa-se que grande parte do alunado vem da zona rural do referido município, sendo seus pais ou responsáveis ligados ao campo, enquanto agricultores e a pesca, enquanto pescadores. (Fonte, concedida pela atual gestão).

Com relação a sua estrutura física, a escola é composta por 12 salas de aulas amplas e arejadas, 03 banheiros masculinos, 04 femininos e 01 para deficientes físicos. Contamos também com 01 diretoria, 01 secretaria, 01 sala para professores, 01 biblioteca com bastante acervo de livros e 01 cozinha. Temos ainda, 01 sala de informática, 01 sala de vídeo, 01 sala para o AEE-Atendimento Especializado Especial e 01 refeitório, além do mais, 01 quadra de esporte. Assim sendo a escola, um espaço de construção social, a mesma é efetivada por professores, gestores, suportes pedagógicos, pais, alunos comunidades e lideranças comunitárias.

Atualmente, a escola funciona no horário matutino e vespertino, com um total de 619 alunos. Destes 185 formam o Ensino Fundamental-I, e 434 são alunos do Fundamental-II, isto é do 6º ao 9º ano. Fontes reveladas pela atual gestão. Ao todo existe um quadro de 68 funcionários, sendo destes: 30 professores, todos em suas áreas específicas, 03 supervisores e 01 coordenador pedagógico, 02 bibliotecárias, 05 porteiros e vigias, 01 secretária administrativa, 04 auxiliares de secretarias, 02 digitadores, 04 merendeiras, 12 monitoras da Mais Educação e 04 auxiliares de serviços gerais.

Convém lembrar que durante toda a sua existência, a escola busca dentro de suas possibilidades atender bem e de forma satisfatória toda a sua clientela.

3.3 Caracterização da Pesquisa

De acordo com Gil (2007, p. 17), pesquisa é definida como:

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema, até a apresentação e discussão dos resultados.

Sendo assim, só se inicia uma pesquisa, se houver de fato o problema, pois este parti do desejo do pesquisador em conhecer e se aprofundar mais, sobre um determinado assunto, o que de fato isso foi consumado, pois na verdade, houve um grande interesse e uma razão maior de se investigar o assunto abordado. Com isso, evidenciamos que o presente trabalho, consiste em um estudo de caso, com características de uma pesquisa do tipo descritiva, visto que procura conhecer a realidade estudada, suas características e seus problemas.

Seu delineamento é de natureza bibliográfica, pois na teoria de Lakatos (2007, p.75) a pesquisa bibliográfica se resume em obras relacionadas com um tema a ser estudado, com base em material disponibilizado no meio público, podendo assim, serem livros, jornais, pesquisas, periódicos e outros.

Com relação ao enfoque metodológico, empregamos a abordagem quali-quantitativa, pois segundo Lüdke e André (2005), uma complementa a outra e os dados são obtidos no contato direto entre o pesquisador e a realidade estudada, através de entrevistas e questionários.

3.4 Instrumentos e procedimentos adotados para coleta de dados

No que diz respeito aos instrumentos e procedimentos adotados nesta pesquisa, podemos destacar uma entrevista com os gestores e um questionário com alguns professores da rede municipal de ensino que trabalham ou já trabalharam com esse tipo de deficiência, ou seja com o aluno surdo. Concomitantemente, foi realizada a revisão da literatura contemplando estudos sobre Educação Inclusiva, a aprendizagem do aluno surdo na escola pública e a prática docente, evidenciando assim, as principais dificuldades e desafios.

Com relação as entrevistas, participaram três gestores: A vice-diretora, uma supervisora e uma coordenadora de turma. E com relação aos questionários,

podemos contar com a colaboração de cinco professores respectivamente do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental-I e II.

De acordo com os dados obtidos através dos gestores, buscou-se compreender como a escola lida com essa clientela de modo em geral e compactuando com os docentes, procurou-se identificar alguns problemas e desafios, bem como analisar as diferentes ações – individuais e coletivas – desenvolvidas no sentido de influir no processo de construção da aprendizagem dos alunos com deficiência e perceber como a sua formação contribui para este atendimento dos alunos com deficiência inseridos nas classes regulares.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo, tem como objetivo de apresentar a análise dos dados coletados a partir das entrevistas e questionários aplicados durante a pesquisa, com os gestores e professores durante a pesquisa na Escola Municipal Prof. Joaquim Leal Pimenta, Município de Campo Grande-RN. Para que o leitor possa compreender melhor, adotou-se tabelas e gráficos e buscamos fazer essa análise através de duas versões.

1º VERSÃO: Gestores

1 Qual o seu nome?

2 Qual a sua formação?

3 Quanto tempo está na educação? E há quanto tempo atua como gestor(a)?

4 *O que é educação inclusiva?*

5 *Fala-se muito também na integração do portador de deficiência. Na sua opinião existe diferença entre inclusão e integração?*

6 *Que tipo de ação pode ser sugerida, no sentido de tornar eficaz a inclusão do aluno com deficiência na escola regular?*

7 Quais os principais problemas ou desafios que a sua escola, enquanto instituição pública enfrenta hoje com relação a prática da inclusão e como a mesma lida com esses desafios?

8 Você acha que a escola está preparada para a inclusão?

QUADRO 1 – Perfil dos gestores e colaboradores

Gestores	Formação	Tempo de serviço	Tempo de vínculo (gestão)
G 01	Pedagogia com especialização em psicopedagogia	29 anos	04 anos Supervisão
G 02	Geografia	16 anos	05 anos Coordenação pedagógica
G 03	Pedagogia	17 anos	12 anos Vice direção

Fonte: Dados sistematizados a partir de entrevistas aplicadas com os gestores- 2016

Conforme podemos averiguar, o gestor 01, possui formação em pedagogia com especialização em psicopedagogia, tem 29 anos de profissão e está na supervisão há quatro anos. O gestor 02, é formado em geografia, está na educação há 16 anos e atua na coordenação pedagógica há 05 anos, pelo fato de ser reabilitada. Já o gestor 03, é graduada em pedagogia, está na educação há 17 anos e atua enquanto vice-diretora há 12 anos.

É notório se perceber que ambos estão na educação há bastante tempo, é já tem uma vasta experiência enquanto gestores.

QUADRO 2 – Respostas dos gestores

Gestores	O que é educação inclusiva	Relação entre integração e inclusão	Que tipo de ação pode ser sugerida	Principais problemas ou desafios	A escola está preparada para a inclusão?
G 01	É uma educação onde se amplia a participação de todos	O aluno pode ser incluído e não ter integração e vice-versa.	Preparar os profissionais de maneira que saibam conduzir o aluno na sala regular	A falta de recursos didáticos e profissionais adequados	Não. Pois ainda há uma deficiência, no que diz respeito a estrutura física, profissional etc.
G 02	É a educação que visa atender as crianças e adolescentes com necessidades especiais	A integração faz parte da inclusão, e ambas devem caminhar juntas.	Capacitação para os profissionais da área	O principal problema é a falta de profissional capacitado	Não. Ainda precisa melhorar muito para de fato termos uma escola inclusiva.
G 03	É uma educação voltada as pessoas com necessidades especiais.	A integração é um processo onde se insere um ser e a inclusão e a maneira de	Capacitar os profissionais, e buscar recursos apropriados para	Falta de recursos didáticos, e profissionais capacitados	Não. Na verdade, a escola que temos, tem se preocupado muito nesses últimos tempos, porém, ainda deixa

		incluir este ser na sociedade.	trabalhar essa realidade		muito a desejar.
--	--	--------------------------------	--------------------------	--	------------------

Fonte: Dados sistematizados a partir de entrevistas aplicadas com os gestores- 2016

De acordo com a análise dos gestores acima mencionado, a educação inclusiva é aquela que busca atender as crianças e adolescentes com necessidades especiais, visando a participação de todos. Com relação entre integração e inclusão, eles confirmam que ambas devem andarem juntas, e são muito importante no processo educacional, principalmente no que se refere aos portadores de necessidades especiais, já que a integração é um processo onde se insere um ser e a inclusão é a maneira de incluir este ser na sociedade, pois o aluno pode ser incluído e não ter integração e vice-versa.

Nesse sentido, eles afirmam que para tornar eficaz a inclusão do aluno com deficiência na escola regular, seria necessário, algumas ações bem assim, como: Promover uma capacitação para os profissionais da área e buscar recursos apropriados para trabalhar esta realidade, tendo em vistas, que um dos principais problemas alegados por eles foram: A falta de recursos didáticos e também, profissionais capacitados para encarar esse desafio.

No entanto, eles evidenciaram que a escola que temos, tem de fato, se preocupado muito nesses últimos tempos, porém ainda tem deixado muito a desejar e não está preparada para tal realidade, pois ainda há uma deficiência, no que se refere a estrutura física, os recursos materiais e principalmente os profissionais.

2° VERSAO: Professores

1 Qual o seu nome?

2 Quanto tempo está na educação?

3 Qual a sua formação?

4 Série / Ano em que leciona?

5 Você acha que a escola que temos é a escola que queremos, ou seja aberta para Todos?

() Sim () Não

6 Como se dá a integração entre alunos surdos e ouvintes?

() Por meio de códigos () Através da leitura labial () Ambas

7 Quais as dificuldades de aprendizagem encontradas pelo professor com relação ao aluno surdo na sala de aula?

- () A comunicação, Prof/aluno, já que a escola não oferece interpretes de libras
 () A falta de material didático disponível
 () A interação surdo ouvinte

8 Qual a vantagem para um aluno sem deficiência estudar ao lado de uma criança com deficiência?

- () A interação
 () O aprendizado
 () Ambas estão corretas

9 Como você avalia o processo de inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino?

- () Bom () ótimo () Regular () Ruim

10. Você acredita que o professor esteja preparado para a inclusão?

- () Sim () Não

11 Há um trabalho específico ou diferenciado para a integração desse aluno surdo no cotidiano escolar? Justifique sua resposta.

12 Que trabalho é feito por você professor e pela coordenação da escola, para que esses alunos, não sintam-se inferior aos outros?

QUADRO 3 – Perfil dos Professores envolvidos

Nome	Tempo de serviço	Formação	Ano/Serie que atua
P 01	04 anos	Lic. em Pedagogia com Esp. em L. Portuguesa e Matemática	Ensino Fundamental-I
P 02	06 anos	Ciências Biológicas	Ensino Fundamental-II e Ensino Médio
		L. em Pedagogia	Sala do AEE-Atendimento

P 03	13 anos	com Esp. em Psicopedagogia	Educacional Especializado
P 04	16 anos	Licenciada em História	Ensino Fundamental-II e Ensino Médio
P 05	12 anos	Licenciado em Física	Ensino Fundamental-II e Ensino Médio

Fonte: Dados sistematizados a partir de questionários aplicados com os professores- 2016

No que diz respeito, a tabela acima, podemos evidenciar, que foram entrevistados cinco docentes, da rede pública de Ensino, onde os mesmos tem entre quatro e dezesseis anos de profissão, atuam do Ensino fundamental-I e II ao Ensino Médio, e tem uma formação específica. Conforme análise, podemos perceber que um desses professores, está na sala do AEE-Atendimento Educacional Especializado, ou seja, tem um trabalho voltado para a prática da inclusão. Isso mostra que a escola se preocupa com essa realidade.

4.4 Diagnóstico dos Docentes Participantes

Nesse sentido, fizemos mais algumas perguntas objetivas e diretas aos professores, como por exemplo: **Você acha que a escola que temos é a escola que queremos, ou seja aberta para Todos?**

Gráfico 01- A Escola que temos e queremos



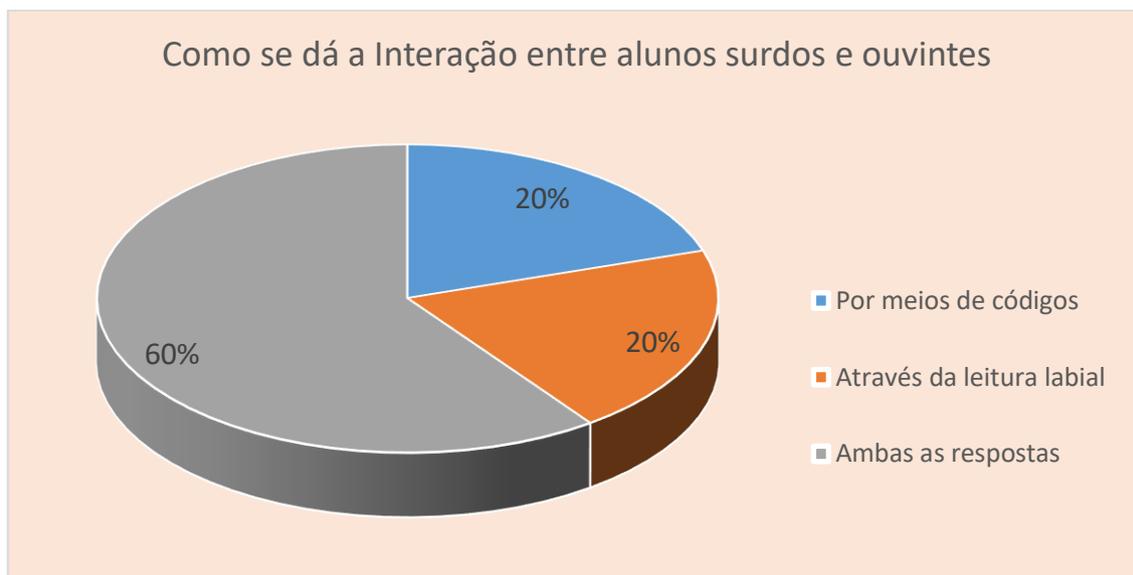
Fonte: Dados sistematizados a partir de questionários aplicados com os professores- 2016

Note que, apenas 20% dos professores entrevistados disseram que a escola que temos, é sim, a escola que queremos, enquanto que, 80% confirmaram, que a escola que temos não é, a escola que queremos, pois embora tenha buscado fazer a sua verdadeira parte, ainda deixa muito a desejar

Erroneamente, a escola que temos, não é a escola que queremos. Na verdade, ela é uma progressista e lenta conquista das camadas populares, em sua luta pela democratização do saber. Nessa luta porém, o povo ainda não é vencedor, continua vencido. Não há escola para todos, e sim, contra o povo. (Soares,1993, p.09).

Por conseguinte lhes fizemos o seguinte questionamento: **Como se dá a Interação entre alunos surdos e ouvintes?**

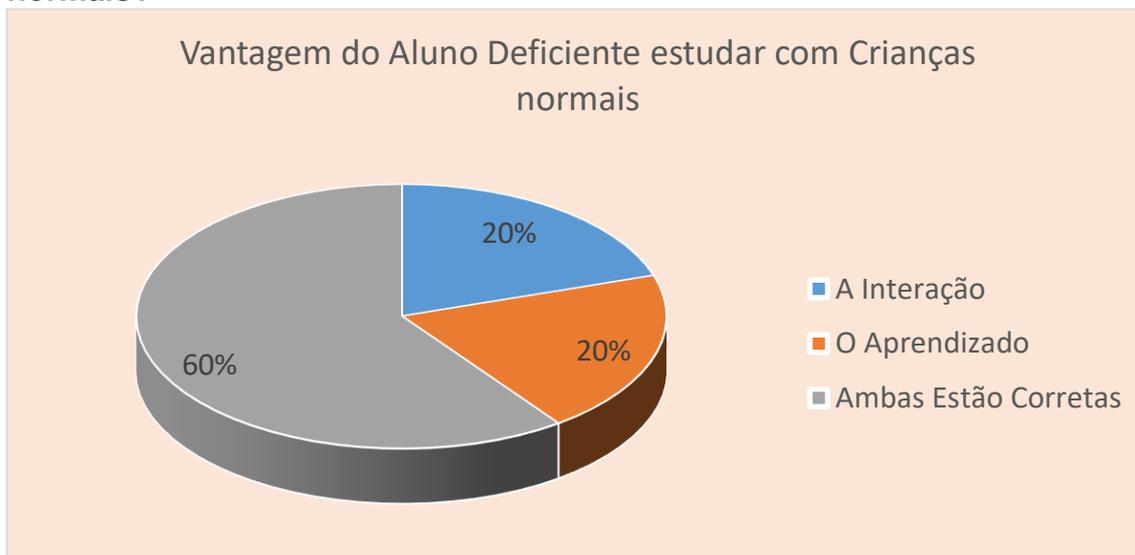
Gráfico 02 – Como se dá a Interação entre alunos surdos e ouvintes



Fonte: Dados sistematizados a partir de questionários aplicados com os professores- 2016

Podemos averiguar que,20% falaram que a interação entre os alunos surdos, se dá através de códigos criados por eles mesmos,20%, acontecem por meio da leitura labial e 60% dos entrevistados, confirmaram que essa interação ocorrem de ambas as partes, ou seja, tanto através de códigos, quanto da leitura labial.

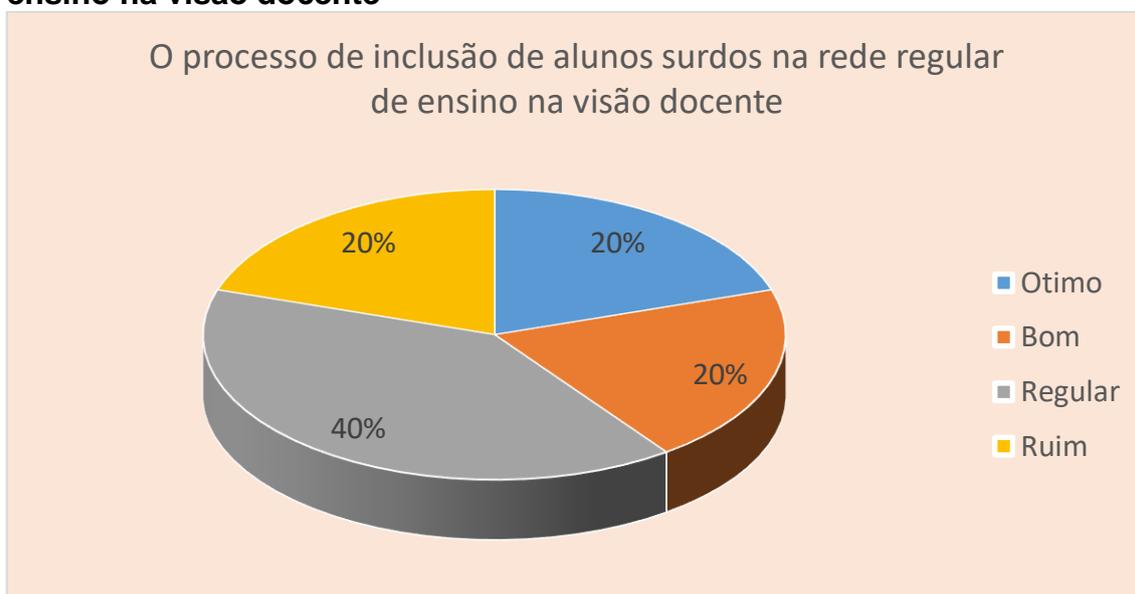
Gráfico 03 – Qual a vantagem do aluno deficiente estudar com Crianças normais?



Fonte: Dados sistematizados a partir de questionários aplicados com os professores- 2016

Conforme podemos averiguar, 20% dos sujeitos envolvidos falaram que a vantagem do aluno deficiente estudar com crianças normais é o processo de interação, 20% disseram que era o aprendizado e 60% confirmaram que ambas as respostas estão corretas, pois esse procedimento pode contribuir tanto na interação, quanto no aprendizado.

Gráfico 04 – O processo de inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino na visão docente

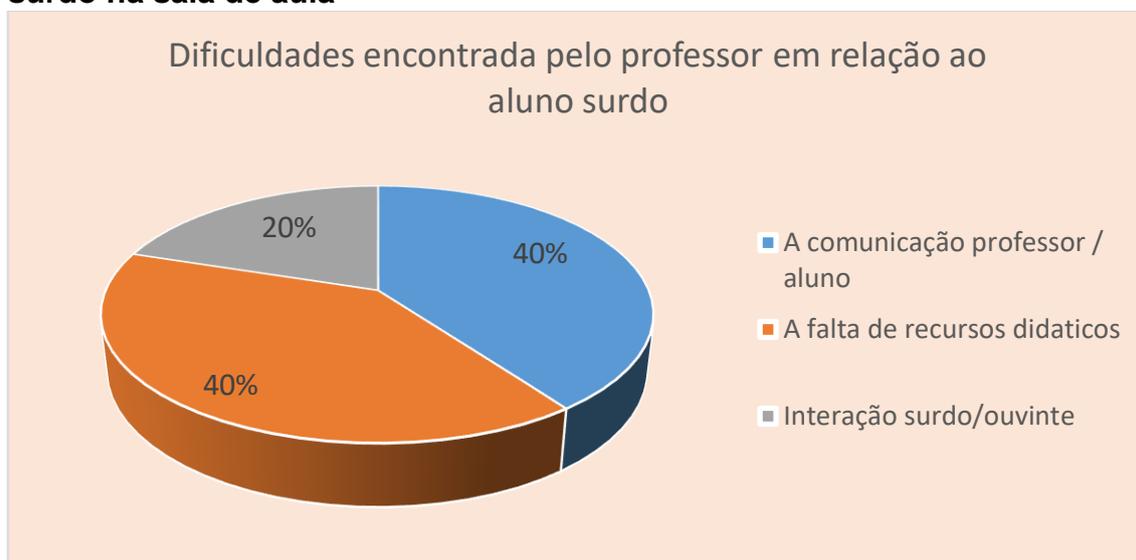


Fonte: Dados sistematizados a partir de questionários aplicados com os professores- 2016

Com relação ao gráfico acima, verificamos que 20% dos professores entrevistados, falaram que era ótimo, 20% disseram que era bom, 20% constataram que era ruim e 40% confirmaram que esse processo de inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino era regular, pois atrapalhava os demais.

Todavia, a inclusão escolar não pode ser vista a priori como algo bom, ruim ou regular, pois nota-se, que os alunos com deficiência, veem tanto aspectos positivos quanto negativos nesta forma de escolarização. Este fato se refere principalmente a questão que a escola é, um espaço em que historicamente prevaleceu uma cultura da exclusão, que é difícil de ser rompida mesmo em tempos de inclusão. (ARROYO, 1997 citado por VELTRONE; MENDES, 2007).

Gráfico 05 – Dificuldades encontradas pelo professor com relação ao aluno surdo na sala de aula



Fonte: Dados sistematizados a partir de questionários aplicados com os professores- 2016

De acordo com o gráfico 5, podemos perceber que, 20% dos sujeitos envolvidos, constataram que uma de suas maiores dificuldades na sala de aula com o aluno surdo, era o interação surdo ouvinte, 40% falaram ser a falta de recursos didáticos disponíveis na escola e 40% disseram que uma das maiores dificuldades nesse processo, era a comunicação, já que nem todo professor estava preparado, e nem a escola oferecia interpretes de libras.

No tocante, fizemos a seguinte pergunta: **Será que o professor(a), está preparado(a)?**

Gráfico 06 – será que o professor está preparado?



Fonte: Dados sistematizados a partir de questionários aplicados com os professores- 2016

A esse questionamento, verificamos que 40% dos professores entrevistados falaram que estavam preparados sim, porém 60% confirmaram que apesar da busca constante enquanto profissional da área, ainda não estavam realmente preparados para essa realidade e que sentiam-se inseguros, já que a própria escola não contribui muito com esse fato. Nessa dimensão, Alves diz que:

O importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adiante cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas (ALVES, 2009, p.45,46).

Obviamente, não adianta cobrar somente dos professores, a escola precisa realmente está preparada como um todo. Na verdade, acredita-se, que há poucos professores e gestores preparados para tal fato.

E para concluir, fizemos ainda dois questionamentos com perguntas abertas.

Há um trabalho específico ou diferenciado para a integração desse aluno surdo no cotidiano escolar? Justifique sua resposta. Segundo eles, a escola

conta apenas com uma sala de AEE-Atendimento, Educacional Especializado, porém o profissional não é habilitado em libras.

Diante de todo esforço: **Que trabalho é feito por você professor e pela coordenação da escola, para que esses alunos, não sintam-se inferior aos outros?** Nesse sentido, a escola deixa a desejar, pois além de não oferecer um profissional capacitado, oferece apenas conforme já mencionado a sala de AEE-e esta, não dispõe de todo o material necessário e preciso, para desenvolver um bom trabalho pedagógico. Então, só nos restam, procurar dentro de nossas possibilidades, métodos e técnicas, para a construção desses alunos.

De certo sabemos, que garantir o acesso à educação e a apropriação do conhecimento às pessoas com deficiência é necessário, porém não suficiente para o exercício de sua cidadania. Quer dizer, para além da organização de uma escola inclusiva, é preciso lutar para a construção de uma sociedade inclusiva. Nesse sentido, torna-se imprescindível a articulação das políticas públicas voltadas para a educação com aquelas direcionadas a outros campos sociais, notadamente as áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência e promoção social (CARVALHO,2011, p.135).

Portanto, a inclusão escolar pode ser considerada um movimento político que busca a construção de escolas democráticas, em que a diversidade do corpo discente seja aceita e respeitada. A estrutura educacional vigente deve garantir o acesso de todos os alunos, especialmente dos que são e foram segregados por ela em sua história. Assim sendo, para que a política de inclusão escolar possa ser bem-sucedida, para que possa satisfatoriamente atender as necessidades de todo o corpo discente, proporcionando a estes o desenvolvimento máximo de suas habilidades e potencialidades, é preciso que nossos sistemas escolares se atualizem, para que realmente estejam preparados para atender a todos (Veltrone, 2008, p.31).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a pesquisa realizada sobre a escola inclusiva, onde teve-se como reflexão, entre o processo de ensino e aprendizagem e a qualificação docente, torna-se evidente dizer, que o mesmo foi de suma importância, pois houve por parte do pesquisador um maior aprofundamento teórico, nos quais possibilitaram ver o processo de inclusão com outras lentes.

Sabemos que a educação inclusiva, é um processo educacional do qual todos os alunos portadores de deficiência devem ser incluído e educados juntos, de acordo com necessidade de cada aluno, tendo apoio adequado para cada idade em escola de ensino regular, ou seja, é um procedimento dinâmico e gradual, que se resume em “cooperação/solidariedade, respeito às diferenças, comunidade, valorização das diferenças e melhora para todos”.

Evidentemente, é notório se perceber a partir de textos teóricos no corpo do trabalho, o avanço da educação inclusiva historicamente no Brasil, conforme reparado pelo presente estudo, considerando assim, a promoção do acesso

educacional a todos os indivíduos, a Declaração de Salamanca e a LDB que abriram portas para as pessoas com NEE em prol da inclusão de uma sociedade mais justa. Além do mais, constatamos que a Educação de Surdos, é gerida em um campo fértil de discussões e polêmicas, uma vez que se faz uso, de uma língua diferente da comunidade ouvinte, tropeçando em práticas predominantemente moralistas que tem na educação formal a sua forma de expressão, originando assim, um impasse para uma educação de qualidade voltada para a pessoa surda.

Entretanto, através de entrevistas e questionários, foi possível confirmar que a interação entre os alunos surdos, se dá através tanto de códigos criados por eles mesmo, quanto da leitura labial e que, apesar da maioria dos entrevistados ter considerado a inclusão de alunos surdos na rede pública, regular, outros defendem a tese que é importante, pois há uma interação e um aprendizado entre as crianças normais e a surda. Porém, um de seus maiores desafios são: A comunicação entre o professor/ouvinte, a deficiência ainda da estrutura física da escola, a falta de recursos didáticos, e também, profissionais capacitados na área.

Dessa forma, tanto os gestores, quanto os professores, confirmaram que apesar da escola, está sempre buscando fazer a sua verdadeira parte, a mesma tem deixado a desejar e os professores não estão ainda, preparados para essa realidade.

Contudo, a pesquisa nos permitiu compreender que a inclusão de alunos surdos requer mudanças na prática educativa, preparando os profissionais que venham a trabalhar com esses alunos em prol de atender a todas as pessoas e respeitando as diferenças. Lembrando que, a inclusão para o aluno surdo deve ser a prática que oportunize o acesso a sua língua e a valorização de sua aprendizagem, atendendo dessa forma, ao seu direito constitucional de acesso e usufruto com qualidade da educação.

Ressaltamos, que a pesquisa consistiu em um estudo de caso, delineamento bibliográfico e características descritiva, além do mais, empregou-se uma abordagem de natureza quali-quantitativa, onde utilizou-se como instrumento de coleta de dados entrevistas e questionários. Assim, seus resultados nos permitiram apontar, que por mais que a escola tenha buscado eficácia no cumprimento da lei, no que se refere a prática da inclusão, seus professores encontram-se ainda inseguros e de certa forma não preparados, há uma deficiência muito grande, no que

diz respeito aos recursos e materiais didáticos disponíveis na escola e a mesma tem deixado muito a desejar.

No entanto, não basta a criação de leis que advirtam a inclusão, mas precisa-se de fato, ser implementada políticas públicas de formação de professores, investimento na acessibilidade das escolas, compra de materiais adequados e a contratação de profissionais especializados, como os interpretes de Libras para fazer a ponte comunicativa para o aluno surdo.

Portanto, acreditamos dessa forma, termos uma escola justa, igualitária, de qualidade e aberta para todos os portadores de deficiência.

REFERENCIAS

ALVES F. **Inclusão**: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro, WAK EDITORA, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais – adaptações curriculares**: estratégias de ensino para educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Secretaria de Educação Fundamental/ Secretaria de Educação Especial. SEF/SEESP: Brasília, 1998.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. MEC SEESP, 2001.

_____. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988

_____ **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394. Brasília, DF, 1996.

_____ **Declaração de Salamanca**. Espanha, 1994.

_____ **Decreto nº. 5.626**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 22 dez.2001.

_____ **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, jan.2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaedcespecial.pdf>. Acesso em: 03 de março.2013.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva com os Pingos nos “Is”**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

CAPUTO, M. E.; FERREIRA, D. C. Contribuições das brincadeiras infantis na socialização e inclusão de crianças com Síndrome de Down. **Temas sobre Desenvolvimento**, v.9, n.52, p.25-30, set/out, 2000.

FACION, José Raimundo et.al. **O papel do professor na educação inclusiva**. In: FACION, José Raimundo (org.). **Inclusão escolar e suas implicações**. 2ª edição, Curitiba, Ibpex, 2008.

FERREIRA & FERREIRA, 2004 apud MELO, Sandra Cordeiro de; LIRA, Solange Maria de. FACION, José Raimundo. Políticas inclusivas e possíveis implicações no ambiente escolar. In: FACION, José Raimundo (org.). **Inclusão escolar e suas implicações**. 2ª edição, Curitiba, Ibpex, 2008.

FERREIRA, Windy B. **Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?** Revista da Educação Especial - Out/2005, Nº 40.

FERNANDES, E. **Problemas linguísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro: Agir, 2000.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. **Educação: Direito de Todos os Brasileiros**. In: **Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância**. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUDKE, Menga & ANDRE, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 9ª reimpressão. São Paulo: E.P. U, 2005.

LURIA, A.R. *Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria*. Porto Alegre: Arte e Científicos/ EDUSP, 1986.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão Escolar: O que é? Por Quê? Como Fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

SANTOS, B.S. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. ***A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI***. Revista da Educação Especial - Out/2005, Nº 07.

SASSAKI, Romeu Kazumi. ***Inclusão: construindo uma sociedade para todos***. Rio de Janeiro, RJ, WVA Editora e Distribuidora Ltda., 1997.

SOARES, Magda. ***Linguagem e Escola: Uma perspectiva Social***. 10ª edição, São Paulo, Atica, 1993.

VELTRONE, A. A.; MENDES, E. G. A inclusão escolar sob o olhar dos alunos com deficiência mental. In: ***Congresso de Pós-Graduação***, 4, 2007, São Carlos. Anais de Eventos da UFSCar, v. 3, p. 1695, 2007.

APENDICES



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
CAMPUS AVANÇADO DE PATU – CAP
DEPARTAMENTO DE LETRAS – DL**

APENDICE A-ENTREVISTA COM GESTORES

- 1 Qual o seu nome?
- 2 Qual a sua formação?
- 3 Quanto tempo está na educação? E há quanto tempo atua como gestor(a)?

4 O que é educação inclusiva?

5 Fala- se muito também na integração do portador de deficiência. Na sua opinião existe diferença entre inclusão e integração?

6 Que tipo de ação pode ser sugerida, no sentido de tornar eficaz a inclusão do aluno com deficiência na escola regular?

7 Quais os principais problemas ou desafios que a sua escola, enquanto instituição pública enfrenta hoje com relação a prática da inclusão e como a mesma lida com esses desafios?

8 Você acha que a escola está preparada para a inclusão?

Desde já, grata pela sua valiosa colaboração



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
CAMPUS AVANÇADO DE PATU – CAP
DEPARTAMENTO DE LETRAS – DL**

**APENDICE B-QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR(A) COM PERGUNTAS
ABERTAS E FECHADAS**

1 Qual o seu nome?

2 Quanto tempo está na educação?

3 Qual a sua formação?

4 Série / Ano em que leciona?

5 Você acha que a escola que temos é a escola que queremos, ou seja aberta para Todos?

() Sim () Não

6 Como se dá a integração entre alunos surdos e ouvintes?

() Por meio de códigos

() Através da leitura labial

() Ambas

7 Quais as dificuldades de aprendizagem encontradas pelo professor com relação ao aluno surdo?

() A comunicação

() A falta de materiais didáticos apropriados

() A deficiência de profissionais na área

8 Qual a vantagem para um aluno sem deficiência estudar ao lado de uma criança com deficiência?

() A interação

() O aprendizado

9 Como você avalia o processo de inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino?

() Bom () Regular () Ruim

10. Você acredita que o professor esteja preparado para a inclusão?

() Sim () Não

11 Há um trabalho específico ou diferenciado para a integração desses alunos surdo no cotidiano escolar?

12 Que trabalho é feito por você professor e pela coordenação da escola para que esses alunos surdos, não sintam-se inferiores dos demais?

Prezado professor(a), obrigada por contribuir com o meu processo pessoal e acadêmico.

